PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRINHAS

PLANO OPERATIVO ANUAL DE CONTROLE INTERNO - POACI 2026

Dezembro de 2025

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 3
2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL 3
3. OBJETIVOS GERAIS 4
4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS 4
5. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES 5
6. METODOLOGIA 7
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS 8
Referências 8

1. INTRODUÇÃO

O presente Plano Operativo Anual de Controle Interno (POACI) é apresentado para o exercício de 2026, reafirmando o compromisso da Prefeitura Municipal de Lavrinhas com a boa governança, a transparência e a gestão eficiente dos recursos públicos. Este documento estabelece o planejamento das ações de auditoria e demais atividades a serem realizadas pela Unidade de Controle Interno (UCI) ao longo do ano.

O POACI 2026 é elaborado em estrito cumprimento às determinações do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP), em especial a Instrução nº 01/2020, atualizada pela Resolução nº 23/2022 , e em consonância com a Lei Municipal nº 1.666 de 01 de dezembro de 2023, que instituiu o Sistema de Controle Interno do Município.

Para o exercício de 2026, a UCI buscará aprimorar as ações de controle, migrando de uma abordagem predominantemente de conformidade para uma gestão de riscos mais robusta e focada em resultados. É fundamental destacar a necessidade de superação da limitação estrutural identificada no exercício anterior, com a priorização da designação dos Agentes Facilitadores (AF), conforme previsto no art. 2º, III, da Lei Municipal, para garantir o fluxo adequado de informações e o pleno desempenho das atividades de controle.

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O Controle Interno é exercido em obediência ao disposto na Constituição Federal e demais normas pertinentes, destacando-se:

- **Constituição Federal de 1988:** Artigos 31, 70 e 74.

- **Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF):** Artigo 59.

- **Lei Federal nº 4.320/1964:** Artigos 75 a 80.

- **Lei Federal nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos):** Exige o fortalecimento do controle interno para a gestão de riscos e o acompanhamento das contratações.

- **Instrução nº 01/2020 do TCESP (Atualizada pela Resolução nº 23/2022):** Artigo 66 e seguintes, que tratam do Sistema de Controle Interno.

- **Lei Municipal nº 1.666/2023:** Dispõe sobre o Sistema de Controle Interno do Município de Lavrinhas/SP.

3. OBJETIVOS GERAIS

Os objetivos gerais do POACI 2026 são a evolução e o aprofundamento dos controles, com foco na gestão de riscos e na melhoria contínua:

Objetivo Geral	Foco Estratégico	Evolução para 2026
I. Avaliar a Gestão Fiscal, Financeira e Orçamentária	Conformidade com LRF e legislação.	Aprofundar a análise de risco na Dívida Ativa e Restos a Pagar.
II. Avaliar a Gestão Patrimonial	Salvaguarda e uso adequado de bens.	Foco na contabilização da depreciação e no recadastramento geral de bens.
III. Avaliar a Operacionalidade dos Sistemas Administrativos	Legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e eficácia.	Implementar o acompanhamento concomitante em processos de alto risco.
IV. Promover a Cultura da Transparência	Acesso à informação e publicidade.	Monitorar o cumprimento dos prazos da LAI e a qualidade das informações publicadas.
V. Apoiar a Alta Administração e o Controle Externo	Subsídio com informações e acompanhamento de recomendações.	Fortalecer o monitoramento das recomendações do TCESP (monitoramento follow-up).
VI. Fortalecer a Unidade de Controle Interno	Capacitação e estrutura.	Priorizar a designação do Agente Facilitador (AF) e a capacitação em gestão de riscos.

4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

As ações específicas visam cobrir as áreas de maior risco e as exigências do TCESP:

1. Gestão de Pessoal: Acompanhar rigorosamente os limites da LRF e analisar a conformidade dos cargos em comissão e a acumulação de cargos.

2. Contratações Públicas (Lei nº 14.133/2021): Aprofundar a análise de risco em certames licitatórios, com foco na fase de planejamento e na gestão contratual, conforme a Nova Lei de Licitações.

3. Gestão Orçamentária e Financeira: Acompanhar a execução orçamentária, a publicação de demonstrativos (RREO, RGF) e a conformidade dos repasses a entidades do Terceiro Setor (com atenção à prestação de contas 100% digital a partir de 2026).

4. Índices de Desempenho (IEG-M e IEG-PREV): Acompanhar e orientar os setores responsáveis pelo preenchimento dos questionários do TCESP (i-PLAN, i-FISCAL, i-EDUC, i-SAÚDE, i-AMB, i-CIDADE e i-Gov TI) para a melhoria contínua dos índices.

5.Patrimônio: Realizar o acompanhamento da efetivação do levantamento geral de bens e da contabilização da depreciação.

5. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

O cronograma de 2026 foi revisado para intensificar a abordagem baseada em riscos e incorporar novas áreas de foco, em alinhamento com as diretrizes do TCESP e as solicitações de aprimoramento. As atividades foram distribuídas para garantir um acompanhamento mais eficaz e tempestivo ao longo do exercício.

Área de Controle	Descrição da Ação (POACI 2026)	Periodicidade	Foco Estratégico
Fiscal/Financeiro/Orçamentário			
RREO e RGF	Acompanhar a publicação bimestral e assinar os demonstrativos (RREO e RGF).	Bimestral	Conformidade LRF.
Índices Constitucionais	Avaliar os índices de aplicação em Educação, Saúde e FUNDEB (Magistério 70% e 30%).	Quadrimestral	Conformidade legal e eficiência na aplicação.
Receita Arrecadada	Acompanhar a publicação mensal da Receita Arrecadada.	Mensal	Transparência e controle de fluxo de caixa.
SIOPE, SIOPS e SICONFI	Verificar a entrega dos dados aos sistemas.	Bimestral	Conformidade com o TCESP.
LRF e Orçamento	Acompanhar a adequação aos limites da LRF e analisar alterações orçamentárias.	Bimestral	Gestão de risco fiscal.
Adiantamentos/Despesas Miúdas	Analisar os processos de prestação de contas de adiantamentos de viagens e despesas miúdas.	Mensal	Conformidade e controle de gastos.
Repasses Terceiro Setor	Auditoria de repasses a entidades sem fins lucrativos (Geral e	Semestral	Foco na prestação de contas 100% digital (TCESP

	Específica por amostragem).		2026).
Dívida Ativa e Tributos	Analisar a eficácia do recebimento de tributos e da Dívida Ativa.	Trimestral	Eficiência na arrecadação.
Restos a Pagar	Acompanhar e avaliar o pagamento dos Restos a Pagar (Processados e Não Processados).	Semestral	Conformidade com a Lei nº 14.133/21.
Audiências Públicas	Acompanhar e Secretariar as Audiências Públicas (Metas Fiscais, PPA, LDO, LOA).	Conforme convocação	Transparência e controle social.
Operacional e Governança			
Alertas e Requisições	Encaminhamento de alertas, recomendações, orientações e comunicados do TCESP.	Contínuo	Prevenção e follow-up de recomendações.
IEG-M e IEG-PREV	Acompanhamento, preenchimento e orientações aos setores quanto ao questionário IEG-M 2026.	Março (preenchimento) e monitoramento contínuo	Melhoria contínua dos índices de gestão (Foco TCESP).
PNTP 2026	Avaliar a conformidade com o Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP).	Julho	Aprimoramento da transparência e controle social.
Contratações Públicas	Análise de certames licitatórios (fases interna e externa) e acompanhamento contratual.	Mensal (por amostragem)	Foco na Lei nº 14.133/2021 e gestão de riscos.
LAI e Transparência	Avaliar, fiscalizar e cobrar a aplicação da Lei de Acesso à Informação e a transparência pública.	Contínuo	Conformidade e controle social.

Recursos Humanos			
Despesa de Pessoal	Análise do cumprimento dos limites da LRF e emissão de alertas.	Mensal	Conformidade LRF.
Cargos em Comissão	Analisar a conformidade dos cargos em comissão (providos, vagos, requisitos).	Trimestral	Conformidade Constitucional.
Teto Constitucional	Analisar o respeito aos tetos constitucionais de salários.	Trimestral	Conformidade Constitucional.
Acúmulo de Cargos	Analisar a existência de servidores com acúmulo de cargos.	Semestral	Conformidade Constitucional.
Fortalecimento Do Controle Interno			
Capacitação	Treinamentos de Controle Interno.	Conforme necessidade e/ou programação do TCESP.	Aprimoramento técnico.
Relatório de Atividades	Elaborar o Relatório de Atividades do Controle Interno.	Quadrimestral	Prestação de contas interna.
POACI 2027	Elaborar o POACI para o exercício de 2027.	Dezembro	Planejamento estratégico.
Administração do Patrimônio Estoques e Almoxarifado	Realizar auditoria de estoques e almoxarifado, contemplando: inventário físico, conciliação com registros contábeis e sistêmicos.	Semestral	Salvaguarda de bens, confiabilidade dos registros e atendimento ao item i-Plan 14.5.1 do TCESP.

6. METODOLOGIA

A metodologia de trabalho do Controle Interno em 2026 será baseada nas diretrizes do TCESP, priorizando a abordagem de risco e o monitoramento contínuo.

1. **Planejamento:** Levantamento da legislação aplicável, análise de risco

(materialidade, relevância, vulnerabilidade, criticidade) para seleção de amostras e definição da extensão dos exames.

2. Execução: Coleta de evidências confiáveis, relevantes e úteis, por meio de técnicas de auditoria (in loco, documental, entrevistas).

3. Comunicação: Elaboração de relatórios e pareceres técnicos, com comunicação tempestiva à Alta Administração e aos setores auditados.

4. Monitoramento: Acompanhamento sistemático das recomendações expedidas pelo Controle Interno e pelo TCESP, com a verificação da implementação das ações corretivas e a emissão de relatórios de follow-up.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O POACI 2026 reflete a maturidade do Sistema de Controle Interno de Lavrinhas, buscando não apenas a conformidade legal, mas a excelência na gestão pública. A efetividade deste Plano dependerá do apoio da Alta Administração, da colaboração dos Agentes Facilitadores já designados e da dedicação do Analista de Controle Interno.

Lavrinhas, 16 de dezembro de 2025.

PETERSON FONSECA ALVES
Responsável pela Unidade Central de Controle Interno

REFERÊNCIAS

[1] TCESP. Instrução nº 01/2020, atualizada pela Resolução nº 23/2022. Dispõe sobre a Prestação Anual de Contas e a Gestão Fiscal dos órgãos fiscalizados; ao Controle Interno; e aos Repasses ao Terceiro Setor. [Link de referência: https://www.tce.sp.gov.br/legislacao/instrucao/instrucoes-012020-atualizadaspela-resolucao-232022-vigente-partir-16122022]

[2] TCESP. Manual de Controle Interno 2022. Orientações sobre a estrutura, princípios e atribuições do Controle Interno Municipal. [Link de referência: https://www.tce.sp.gov.br/publicacoes/manualcontrole-interno-2022-0]

[3] TCESP. Mudanças na Fase V do Sistema Audesp: Terceiro Setor terá prestação de contas 100% digital a partir de 2026. Notícia sobre a evolução das exigências para o Terceiro Setor. [Link de referência: https://www.metapublica.com.br/informacoes/27446-mudancas-na-fase-v-dosistema-audesp-terceiro-setor-tera-prestacao-de-contas-100-digital-a-partir-de2026]

[4] Lei Federal nº 14. 133/2021 . Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Exige a gestão de riscos e o controle interno nas contratações. [Link de referência: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm]